O 'velho' Lemos como transformador do Orphanato Municipal de Belém (1893-1903)

The "old" Lemos as a transformer for the Orphanato Municipal de Belém (1893-1993)

Marcia Cristina Ribeiro Gonçalves Nunes*

Resumo: Durante os anos de 1897-1911, Antônio Lemos foi a autoridade política do município, sendo, portanto, quem regia as ações governamentais municipais, administrando os recursos para o "embelezamento da cidade". Durante seu cargo de Intendente e dentre as ações realizadas em prol do embelezamento da cidade, estava o abrigo e amparo dos órfãos desvalidos, o que levou as políticas instituídas por Lemos a ter ligação direta com o Orphelinato Paraense até, tal instituição, passar a ser responsabilidade do município, criada por uma lei municipal que lhe dava autonomia para reorganizar e modelar o ensino das órfãs. Na concepção de Lemos, como deveria se dar a educação dessas meninas órfãs? Este artigo visa analisar as práticas educativas e socioassistenciais para as meninas órfãs, na Intendência de Antônio Lemos, da passagem do "Orphelinato Paraense" produzido no passado para o "Orphanato Antônio Lemos" de responsabilidade municipal.
Palavras-chave: Orfanato. Práticas educativas. Instituto tecnológico.

Abstract: During the years 1897-1911, Lemos was the political authority of the municipality, being therefore the one who governed municipal government actions, managing the resources for the "beautification of the city". During his position as Intendant and among the actions carried out in favor of beautification of the city, was the shelter and support of the orphans invalidated, which led the policies instituted by Lemos to have direct connection with the Orphelinato Paraense until, such institution, become the responsibility of the municipality, created by a municipal law that gave him autonomy to reorganize and model the teaching of orphans. In Antônio Lemos's conception, how should the education of these orphaned girls be? This article aims to analyze the educational and social assistance practices of these orphaned girls,

* Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura - PPGCLC/UNAMA.

in Antônio Lemos's Intendency, of the passage of the "Orphelinato Paraense" produced in the past for the "Orphanato Antônio Lemos" of municipal responsibility.

Keywords: Orphanage. Educational practices. Technological Institute .

ANTÔNIO LEMOS E SUA ÉPOCA

Vários foram os estudos biográficos que bem expressam a imagem do "velho" Lemos sobre o homem, o jornalista, o político e o administrador. Em 1904, Carlos Fernandes, redator do Jornal A Província do Pará, mostra o dia-a-dia do homem, patrão e administrador da cidade na obra intitulada "Políticos do Norte"; Valente de Andrade, em 1913, na obra "A Queda das Oligarquias", dedica boa parte de seu estudo na figura do intendente que encontrava-se exilado no Rio de Janeiro; Carlos Rocque, em 1973, escreve a biografia de Lemos, por solicitação do prefeito de Belém, na ocasião das comemorações da vinda dos restos mortais do intendente para a cidade de Belém; Romeu Mariz publica um artigo na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará em comemoração ao centenário de nascimento de Antônio Lemos; Augusto Meira Filho, em 1978, na sua obra "Antônio José de Lemos – o plasmador de Belém", narra sob sua defesa na imagem do "velho" Lemos; e, por fim, a historiadora Maria de Nazaré Sarges, nas suas obras Memórias do Velho Intendente (2002) e Belém: riquezas produzindo a Belle Époque: 1870-1910 (2010), retrata a vida política e administrativa desse mito.

> Quem quiser adquirir melhor compreensão de Belém terá de se informar sobre a vida e a obra de uma figura que se ligou (quase chego a dizer simbioticamente) à capital paraense, ao ponto de se confundirem, homem e cidade, numa expressão social que hoje é traduzida pelo termo "ecológico": o Intendente Antônio José de Lemos (TOCANTINS, 1963, p. 90).

O cargo de Intendente era eleito por três anos e tinha como função presidir as seções do Conselho Municipal, além de ser o executor de todas as suas resoluções, sendo ainda o chefe do executivo municipal. O Conselho Municipal de cada município era composto de 6 a 12 vogaes. Os vogaes eram eleitos por 6 anos, renovando-se o Conselho no fim do terceiro ano pela metade.

Nos anos de 1897-1911, no período da Intendência de Antônio José de Lemos, Belém se tornara uma cidade com formação de uma nova sensibilidade, moldada a partir do avanço tecnológico, pela expansão do mercado internacional, além de ações promovidas pelo poder público no sentido de tornar essa cidade lugar de "ordem" e "progresso". Para Nunes (2017, p. 201), nesse contexto as cidades assumiram redobrado valor como *locus* da atividade civilizatória, espaço privilegiado para usufruir o conforto material e contemplar as inovações introduzidas pela modernidade. Para isso, as cidades precisavam renovar suas feições de modo a se mostrarem modernas, progressistas e civilizadas. As cidades modernizadas constituíram, então, a maior expressão do progresso material e civilizatório de um período que se convencionou chamar de Belle Époque.

Pensar o processo de reurbanização que atingiu a cidade de Belém, no final do século XIX e início do século XX, pressupõe entender a dialética da modernidade e a economia que possibilitou a materialização desse triunfo modernista expresso na *Belle Époque*. Para Sarges (2010, p. 19), em sua obra "*Belém: riquezas produzindo a Belle Époque"*, a modernidade foi entendida como expansão de riqueza, ampliando as possibilidades, caracterizadas pelo avanço de tecnologia (revolução industrial), construção de ferrovias, expansão do mercado internacional, urbanização e crescimento das cidades (em área, população e densidade), mudança de comportamento público e privado e bafejo da democracia, transformando as ruas em lugares onde as pessoas circulavam e exibiam seu poder de riqueza.

Em Paris, na gestão de Haussmann, no período de 1853-1882, tinha-se como o argumento técnico a modernização e salubridade e, acima de tudo, a melhoria das condições de moradia, transporte e infraestrutura para se tornar uma cidade "equipada". Porém, destacam-se, sobretudo, os "equipamentos públicos" que se instalaram na cidade com as mais diversas funções e diferentes ações: prefeitura, centros administrativos, ministérios, escolas, liceus, mercados, abatedouros, hospitais, prisões, quartéis, câmaras de comércio, estações ferroviárias, asilos, orfanatos e assim por diante, que se transformaram em instrumentos da especialização na estrutura urbana (PANERAI, 2013, p.34).

Com o intuito de fazer de Belém uma cidade que seguisse o tipo *haussmanniano*, foram realizadas várias ações em busca de uma cidade

moderna, higiênica e com hábitos de civilidade. Surgiu, assim, uma política de disciplina e ordenação do espaço, onde não havia só o planejamento urbano - no traçado e nas edificações, a infraestrutura – iluminação, a viação urbana, o serviço sanitário, a rede geral de esgoto, mas, também, a criação de um "Código de Polícia Municipal" para regulamentar a vida social. Nunes (2017, p. 229), observa que a ideia de codificar as leis municipais, embora já existissem as posturas, está associada ao interesse que tinha em torná-las "modernas" e colocá-las a serviço da disciplinarização do meio urbano. Para operar todas essas transformações, o Intendente teve auxílio do Governo do Estado, uma vez que o município não possuía recursos suficientes para tal empreendimento.

O intendente atribuiu ao vogal Fulgêncio Simões, jurista, a incumbência de apresentar uma nova codificação das leis municipais. Era notório o caráter controlador de Lemos tendo como base a aplicação de medidas que fossem de encontro ao interesse do administrador no progresso opulento do município de Belém, no plano geral de "embelezamento e saneamento da cidade. A Lei nº 276, de 3 julho de 1900, instituiu o Código de Polícia Municipal aprovado em sessão do Conselho Municipal. O referido Código de Polícia Municipal era constituído de diversos Títulos e capítulos, onde no **Título IV: Da cidade, seu embelezamento e decoração**, estava inserido o futuro equipamento público - Orphanato Municipal de Belém, como instituição de caridade.

A ordenação da cidade passava pelo processo disciplinador traduzido não somente em discurso, mas, sobretudo, em ações de ajustamento ou "regeneração social", um conjunto de intervenções na vida social que atravessou o cotidiano de Belém. Sarges (2002, p. 155-157), reconhece que em nome da solução dos problemas urbanos, Antônio Lemos concebeu algumas ações que acabaram por confinar indivíduos que representavam estorvo nesse processo saneador. Nesse sentido, foi necessário "dar proteção" aos pobres e carentes, por meio do discurso e da ação filantrópica. Assim, o patrocínio das obras filantrópicas fez parte do projeto político de Lemos onde essas instituições viveriam da caridade de seus sócios e do Estado, bem como na criação de uma rubrica no orçamento municipal denominada "Festas, e Regozijos Públicos e Atos de caridade".

Durante seu cargo de Intendente e dentre as ações realizadas em prol das obras filantrópicas da cidade, procurando amparar os mendigos e órfãos, foram

construídos o Asilo da Mendicidade (1902) e o do Instituto Orphanológico para meninos pobres, no lugar denominado Outeiro (APEP: Fundo Legislativo. Atas da Câmera do Senado). A causa do abrigo e amparo aos órfãos desvalidos, levou as políticas instituídas por Lemos a ter ligação direta com o Orphelinato Paraense, uma casa para atender meninas órfãs, criada no ano de 1893, por iniciativa de uma associação formada por importantes famílias da sociedade paraense, denominada Associação Protetora dos Órphãos, que mais tarde, passará a ser responsabilidade do município, criada por uma lei municipal que lhe dava autonomia para reorganizar e modelar o ensino das órfãs. Na concepção de Antônio Lemos, como deveria se dar a educação dessas meninas órfãs? Este artigo visa analisar as práticas educativas e socioassistenciais destas meninas órfãs, na Intendência de Antônio Lemos, da passagem do "Orphelinato Paraense" produzido no passado para o "Orphanato Antônio Lemos" de responsabilidade municipal. Os Relatórios da Intendência Municipal de Belém dos anos de 1897 a 1908 tratam de assuntos relacionados a administração municipal, incluindo as instituições educativas, possuindo uma seção específica que trata da instituição Orfanato.

ORPHELINATO PARAENSE: ACOLHIMENTO E EDUCAÇÃO

Na obra "Novos rumos do acolhimento institucional", Gulassa (2010, p. 17-18) nos traz um breve panorama que marca e traz algumas reflexões sobre as diversas formas do acolher no Brasil:

> • No processo de colonização, as crianças índias eram retiradas de suas tribos e criadas nos colégios jesuítas para aprenderem os princípios religiosos e servirem como intérpretes dos colonizadores, influenciando seus pais para que fossem mais facilmente dominados.
> • Os colonizadores portugueses e espanhóis, apesar de trazerem fortes valores religiosos monogâmicos, muitas vezes engravidavam as índias e escravas e abandonavam as crianças, que acabavam esmolando pelas ruas. Com a Lei do Ventre Livre, as crianças negras engrossaram o caldo do abandono.
> • Crianças abandonadas eram criadas por caridade em famílias abastadas e, na maioria das vezes, se tornavam mão de obra gratuita.
> • Para cuidar dos bebês abandonados, foi implantado no Brasil o sistema europeu da Roda dos Expostos: era um mecanismo (porta giratória) instalado nos muros das Santas Casas de Misericórdia que permitia que uma pessoa deixasse o bebê ali, sem ser identificada.

> • As mudanças sociais levaram à criação de mais e maiores instituições – orfanatos, dispensários, educandários –, para receberem grande número de crianças e adolescentes em estado de abandono.
> • Em meados do século XIX surgem alguns asilos e educandários com propostas educacionais e profissionalizantes, mas ainda com uma mentalidade que se colocava a serviço da classe social dominante.

Faleiros (2004, p.3) afirma que as Santas Casas eram responsáveis por uma política pública que tinha, muitas vezes, por objetivo proteger a honra privada. Nesse período, a criação de instituições e orfanatos, educandários, dispensários só aumentava, pois grande era o número de crianças e adolescentes em situação de abandono. Era notável a situação de precariedade nessas instituições, pois a taxa de mortalidade infantil denunciava a falta de cuidados dispensados. É importante ressaltar que essas instituições sempre tiveram caráter assistencialista, ligados a entidades religiosas e filantrópicas. A maioria das instituições, de orientação religiosa, não recebia verbas governamentais e fazia um atendimento de caráter caritativo, massificado, afastado da comunidade, sem objetivos educacionais ou profissionalizantes. As crianças e adolescentes eram "guardados" nesses lugares para não incomodarem a sociedade, somente servi-la. (GULASSA, 2010, p. 18).

Diante das instituições criadas pelo homem, estão as instituições educativas, concebidas aqui de forma ampla, não especificamente com função educativa baseada em um plano pedagógico, mas com função educativa que de algum modo tratam do processo ensino e aprendizagem e da transmissão de saberes. Esse pensamento fundamenta-se em Sergio Castanho (2005 p. 40), quando afirma que "instituição educativa é um termo mais amplo e abrange não somente a escola, como a conhecemos, no seu envolver histórico, mas também outras formas societais duradoras em que se desenrola o processo de transmissão cultural". É o caso do Orphelinato Paraense, em Belém, que além de abrigar meninas órfãs também, tinha como finalidade educá-las.

Sobre uma instituição educativa apresento a fundamentação dos seguintes autores: Sanfelice (2007, p.77) trazendo a seguinte reflexão: "uma instituição escolar ou educativa é a síntese de múltiplas determinações de variadas instâncias como política, cultural, religiosa, ideológica, dentre outras,

que agem e interagem entre si". Aliado a este autor, a micro-história, segundo Galvão e Lopes (2010, p. 34), "está fundamentada na hipótese de que a observação microscópica pode revelar ao pesquisador fatores previamente não observados". Nessa ótica, por meio do estudo de um objeto que para outras teorias pode parecer insignificante, é possível fazer uma análise dos aspectos culturais, políticos, sociais do contexto em que este objeto está inserido sem deixar de relacioná-lo ao contexto mais geral e universal.

Em 15 de agosto de 1893, o Orphelinato Paraense foi inaugurado pela Associação Protetora dos Órfãos, mantido por 535 associados e por doações. Para criar a Associação Protetora dos Órfãos, o jornal *A Província do Pará,* de 10 maio de 1893, relatou que foi distribuída uma circular, dirigida a grande número de cidadãos reconhecidos por seu espírito protetor para que viessem a fazer parte da Associação como sócios. Cabia a eles contribuir mensalmente com uma quantia em favor dos pobres e desamparados. A folha circular deveria ser preenchida e em seguida entregue no Palácio do Governo (PIMENTA, 2013, p. 34).

É necessário frisar, que o Brasil acabara de tornar-se um país republicano e seus ideais assumiam novas características que, de certa forma, também se arraigavam em instituições como o Orphelinato, pois era necessário preparar o homem e a mulher para viver em uma sociedade "livre", e para isso precisariam ser educados para obedecer e seguir às leis da Republica para que tudo pudesse ter ordem. Assim, o governador ao falar sobre a criação do Orphelinato busca colocar os ideais republicanos em prática, já que defendia a implantação do sistema republicano e a filosofia positivista de Augusto Comte.

Para realizar a inauguração do Orphelinato Paraense foi eleita uma comissão com mais de vinte homens para promover os festejos do dia 15 de agosto, realizado na Praça Batista Campos. Nesse dia, o governador do Estado, Lauro Sodré, recebia as congratulações de autoridades políticas de todo o Brasil, por sua iniciativa de amparar, educar e instruir órfãs desvalidas, ação que iria contribuir para o desenvolvimento e o progresso do Pará. O Jornal A Província do Pará registra a festa de inauguração do Orphelinato Paraense que ocorreu na Avenida São Mateus, nº 102, esquina com a Rua Santo Amaro, no dia 15 de agosto de 1893, às 9 horas da manhã: "foi inaugurado em um vasto prédio, que dispõe de espaços e confortáveis acomodações, um excelente pátio ensombreado

por vigorosas árvores frutíferas". Nesse imóvel, vivia o paraense Conselheiro Dr. Romualdo de Souza Paes de Andrade, que ao morrer doou o imóvel para caridade, porém, o jornal A Província do Pará datado do dia 31 de agosto de 1893 (p.3), menciona que os espaços para funcionamento do Orphelinato eram alugados, obtendo prédio próprio somente ao ser transferido futuramente para a Vila de Santa Izabel. (PIMENTA, 2013, p. 65).

O Relatório da Intendência Municipal de Belém (1900, p. 254) afirma que, no dia 19 de julho de 1898, foi assinado um contrato entre a "Associação Protetora dos Órfãos" e a "Ordem das Filhas de Sant'Anna" para que essas cuidassem da administração do Orphelinato. Assim, no dia primeiro de novembro, do mesmo ano, o Orphelinato Paraense passou a ser administrado internamente por oito religiosas que faziam parte da referida Ordem. Essa Ordem religiosa estava vinculada a uma congregação religiosa proveniente da Itália (PIMENTA, 2013, p. 65).

No dia 21 de janeiro de 1900, A Província do Pará (p. 1), relatou que a casa de educação das órfãs vinha se mantendo à custa de sacrifício e dedicação. Ainda, nessa mesma matéria, foi relatada a situação que se encontrava o Orphelinato ao ser visitado por Lauro Sodré, "o exc. viu algumas órfãs de pé no chão..." (PIMENTA, 2013, p.65). Como os recursos arrecadados passaram a ser insuficientes para manter a instituição, no ano de 1900, a diretoria do Orphelinato e a Associação Protectora dos Orphãos pediram ajuda à Intendência Municipal de Belém, que tinha como principal representante na época, o intendente Antônio José Lemos. Dessa forma, o Conselho, em sua última reunião do ano citado, resolveu tomar sob o patrocínio da Intendência o caritativo instituto, ameaçado de supressão pela carência de recursos. A resolução do legislativo municipal, neste sentido, acha-se consignada na Lei nº 283, de 27 de dezembro de 1900.

Antônio Lemos é reeleito no cargo de Intendente ao final do ano de 1900, onde a partir desse momento a Municipalidade, após vistoria do Intendente, observa as "peores condições do prédio", passando a instalar o referido Orphelinato em um local mais econômico tendo em vista a higiene e bem estar exigidos em estabelecimentos de tal ordem. Localizado na avenida São Jeronymo com a travessa 14 de Março, o Orphelinato Municipal é reinaugurado em 26 de julho de 1902 contando com 46 orphãs: paraenses, 32; amazonenses,

2; portuguezas, 2; hespanholas, 2; cearenses, 3; pernambucana, 1; peruana, 1; americana do norte,1; fluminense, 1; maranhense,1. Lemos informa também, sobre o novo Regulamento a ser implantado, ao qual já está autorizado a executar (BELÉM, 1897-1902, p.241-247).

Segundo A Província do Pará, de 26 de junho de 1906, (p. 1), foram "dois prédios ocupados pelo Orfanato à Avenida São Jerônimo", os quais acomodavam dormitório, cozinha, refeitório, salas de aula, sala de prendas, jardim, enfermaria e gabinete dentário. O Relatório da Intendência Municipal de Belém (1902) reitera que foram feitas várias modificações no prédio arrendado, para que as Órfãs pudessem ser transferidas. E assim, dia 26 de Julho do ano de 1901 reinstalou-se o Orphelinato (PIMENTA, 2013, p. 78).

É possível entender a distribuição do espaço físico do Orphelinato Municipal na São Jeronymo:

> [...] um estreito corredor aberto na sala dá ingresso em um pequeno gabinete, onde se acha um ateliê de costura, dirigido por uma das religosas que cuidam das eclusas. Passa-se daí a duas salas laterais que ficam fronteiras e onde funcionam as aulas elementares, que compõem o curso. O corredor prolongando-se dessa linha forma um alpendre, que abre para uma área quadrangular. Ao lado esquerdo dessa área, sob o telheiro estão as rouparias, a dispensa e a cozinha. Ao lado direito fica o dormitório, num cumprido salão que forma todo o flanco do prédio. São 53 leitos de ferro, arrumados com pelotão por pequenos intervalos, por onde mal se passa de lado. Quatro janelas abertas ao alto de uma das paredes laterais deixam passar macias faixas de luz, que dão um brilho quase metálico aos alvíssimos lençóis lisos e frescos sobre os colchões de paina, que nivelados pela pachorra educada daquelas alegres e sisudas crianças. (...). Na extremidade anterior desse compartimento encontra-se um pequeno gabinete, que é o ateliê de pintura de uma das religiosas, que compõe o corpo docente e administrativo do Orphelinato. (ÁLBUM DE BELÉM, 15 de janeiro de 1902, p. 60).

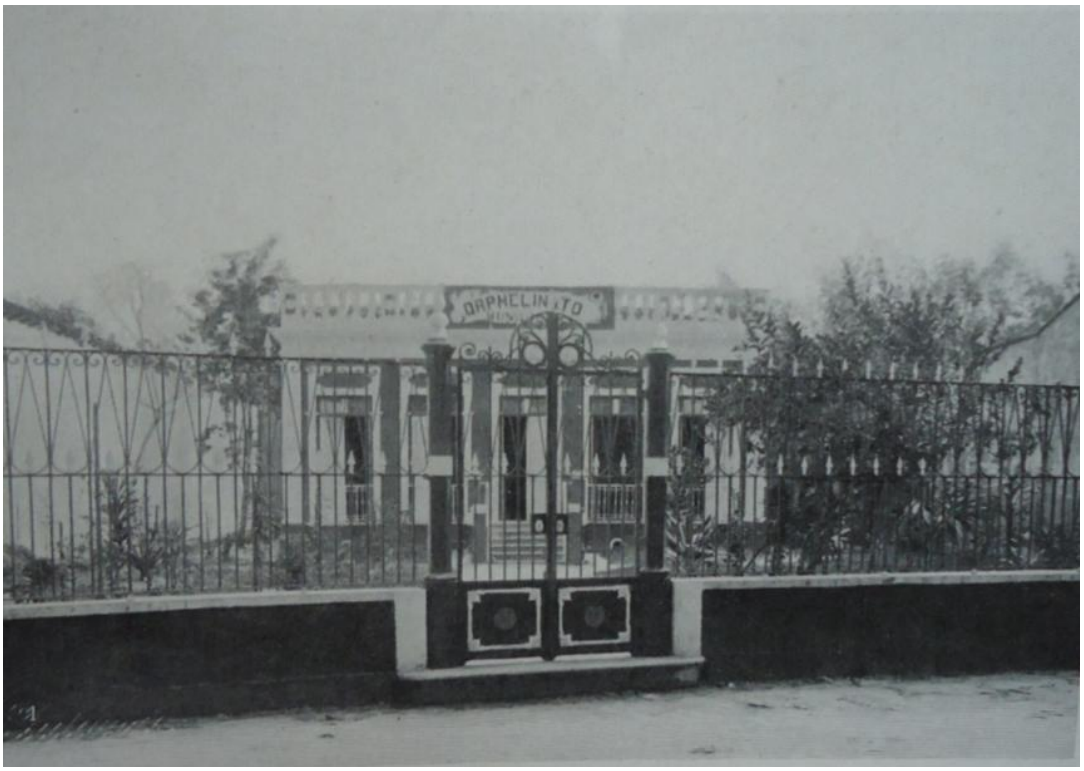


Figura 1: prédio do Orphelinato Municipal na São Jerônimo, 1902
Fonte: PIMENTA, 2013, p. 79.

No Orphelinato prezava-se muito pela disciplina. A educação proposta para as mulheres era uma educação voltada para o lar, porém não era qualquer educação, visto que essa mulher tinha que aprender, também, a ler e a escrever, aprender música e ainda teria instrução literária. Todos que o visitavam ressaltavam as qualidades pedagógicas de organização, de disciplina e de higiene.

A relação de Lemos com o Orphelinato Paraense iniciou-se no ano da fundação do Orphelinato, pois ele enquanto redator chefe do Jornal *A Província do Pará* publicava várias matérias em favor do Orphelinato. O dia que Lemos teve seu retrato fixado na parede do Orphelinato como a data em que firma seus laços com a instituição, que até então tinha como patrono Lauro Sodré. Sobre esse dia *A Província do Pará,* de 13 de junho de 1899 (p. 2), informou "pendentes desta parede, cercado do mais vivo reconhecimento e da mais sincera amizade, acham-se aqui colocado o retrato venerado dos distintos cavalheiros, cujos nomes estão intimamente ligados à história da fundação e progresso desta casa de caridade". Eram eles Lauro Sodré, Paes de Carvalho, Phileto Pires28 e Urissis Pontet29. E, finalmente, "outro retrato que de

cavalheiro igualmente merecedor, como prova também de gratidão, aqui fica hoje colocado. É o retrato do sr. Senador Antônio José de Lemos.", que, como um dos proprietários e principal redator de *A Província do Pará,* "franqueou as páginas desse conceituado jornal ao Orphelinato. E agora como Intendente Municipal e fiel interprete do município, tem poderosamente contribuído para o melhoramento da casa e do bem estar das asiladas". (PIMENTA, 2013, p. 71).

ORPHANATO MUNICIPAL DE LEMOS: o Instituto Técnico Profissionalizante

No primeiro semestre de 1903, Lemos relata:

> ... dirigido pelas dedicadas religiosas Filhas de Sant'Anna, o Orphanato Municipal frutifica em benefícios e os seus créditos firmaram-se no conceito público, onde o vasto edifício ia se tornando insuficiente para acomodar convenientemente o número de educandas, então superior a 80 orphãs, e que seria muito mais avultado se esta Intendência tivesse ensanchas para atender a quantos pedidos de admissão de menores lhe têm sido presentes (RELATÓRIO DE LEMOS, 1903, p. 253).

No período de instalação do Orphelinato, havia um número de nove órfãs. Porém, muitas meninas foram progressivamente sendo recebidas por essa instituição, que atingiu, em 1903, um número de oitenta e oito órfãs, sendo setenta e nove brasileiras e nove estrangeiras. Esse total foi divido em classes de 1ª a 4ª séries. Na primeira classe, estavam quatorze meninas; na segunda, trinta e duas; na terceira, dezoito; e, na quarta classe, vinte e quatro. Além disso, vinte e três das órfãs tinham idades entre 4 e 7 anos; vinte e quatro delas tinham entre 7 e 11 anos; e, quarenta e uma, com idades entre 11 e 18 anos. Esses dados do período demonstram que já havia um sistema seriado para a educação das meninas órfãs. A idade das meninas variava de 4 a 18 anos, o que pode indicar a faixa etária em que as órfãs poderiam ser aceitas no Orfanato (BELÉM, 1903, p. 256).

Para ter maior autonomia em relação ao Orfanato, o Intendente publicou a Lei nº 370 de 28 de dezembro de 1903, onde o Orphelinato passa a denominar-se "Orphanato Municipal de Belém". Além disso, tal lei autoriza o intendente a reorganizar o espaço do Orfanato e a dar novos moldes à educação

das meninas órfãs. Em 1903, iniciou-se a construção do "Orfanato Municipal Antônio Lemos", nesse período já estava sendo construída a Estrada de Ferro Belém – Bragança. Tal estrada ligaria o norte do Pará ao nordeste do estado, seguindo até o Maranhão, trajeto esse que passava pela Vila de Santa Isabel.

O recebimento de novas meninas órfãs para Orphanato, demonstra a aprovação que teve essa ação de Lemos perante a sociedade paraense, o que pode ter contribuído para sua permanência na Intendência. Com o aumento da procura pelo Orphelinato, Antônio Lemos propõe transformar o novo Orphanato Paraense em "Instituto Técnico Profissionalizante", para trabalhos agrícolas. Dessa forma, as órfãs, além de serem boas mães e esposas amorosas, também aprenderiam um ofício. O prédio onde funcionava o antigo Orphelinato, apesar de ser na área central da cidade, não oferecia boas condições de funcionamento, levando Antônio Lemos a sugerir a construção de um outro prédio em área afastada do centro, na verdade fora da capital. O novo contexto para colocar em prática o plano de Antônio Lemos seria a Vila de Santa Isabel. As obras do novo Orphanato na Vila de Santa Izabel foram iniciadas no ano de 1903, cujo projeto ficou ao encargo dos engenheiros Joaquim Lalor e Palma Muniz, bem ao gosto da suntuosidade cultivada pelo intendente, imprimindo sua marca de administração, como pode ser observada nas iniciais de seu nome que aparecem no detalhe do projeto.



Figura 2: Novo edifício do Orphanato Municipal em construção na Villa Isabel – Fachada
Fonte: BELÉM, 1904, p. 269.

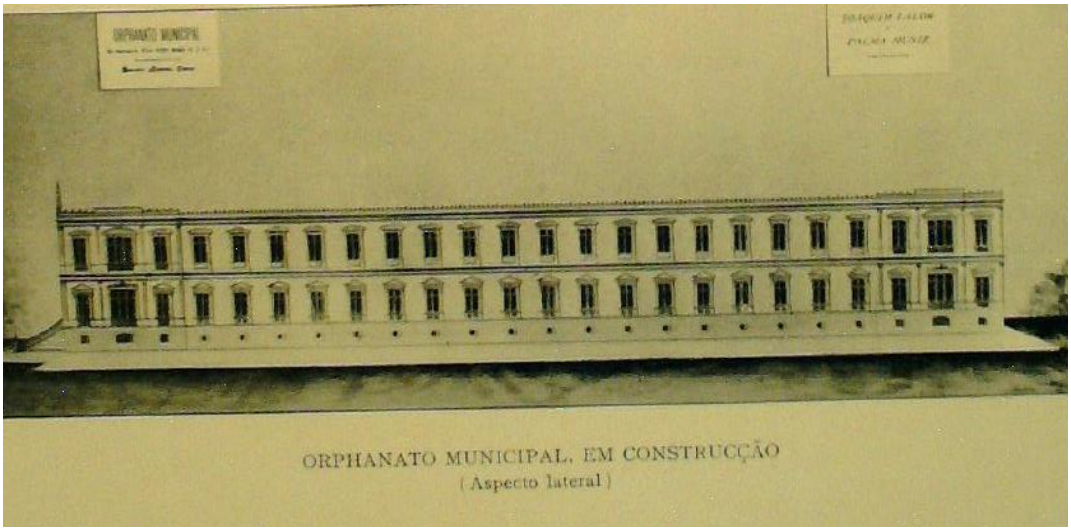


Figura 3: Orphanato Municipal – Fachada Lateral
Fonte: BELÉM, 1904, p. 272

O pensamento higienista predominante na época devia dar a preferência para as habitações no campo, já que estas "oferecem imensa vantagem, impossível de gozar nas grandes cidades como; serenidade do ar, aspectos risonhos da paisagem, passeios fáceis, liberdade, etc", ou seja os orfanatos deviam preferencialmente localizar-se fora das cidades.

> Como vemos, a nota hoje dominante na higiene dos internatos é a localização distante dos centros populosos, onde o educando longe dos bulícios da vida ativa do trabalho, encontre um sossego ameno para as meditações em seus livros; onde embora afastado do grande convívio social, tenha, no entanto, os deleites de uma vida livre nos domínios do colégio; onde posto que retirado das diversões da cidade, ache todavia distração nos encantos da natureza. (REVISTA DE EDUCAÇÃO E ENSINO, fevereiro de 1893, p. 18).

Assim, contando com os benefícios à saúde de se construir uma casa no campo, Lemos decide por construir um prédio para abrigar as órfãs às margens da estrada de Bragança. Além do mais, segundo o intendente, com um espaço maior seria possível atender a uma maior demanda de órfãs. [...] ficaria bem localizado o Orphanato em ficar situado à margem da estrada de Bragança, com serviço para extensa área de terra, provida de água em abundância e

participando ao mesmo tempo de fáceis meios de transporte e de comunicação com a cidade (BELÉM, 1903, p. 253).

Antônio Lemos estava de acordo com a ótica da concepção higienista de educação, e, nesse sentido, Santa Isabel era o lugar ideal para ser construído o prédio do Orfanato, visto que, "quanto maiores os estabelecimentos, mais eles não devem estabelecer-se nos centros populosos da cidade". Mesmo porque "um internato, encravado em uma rua entre muitas edificações de uma cidade, não somente respira uma atmosfera impura, como torna-se por seu turno, um foco de aumento a essas impurezas. Assim sendo, não será de admirar que se venha a constituir, mais cedo ou mais tarde uma fonte perene de qualquer endemia local (REVISTA DE EDUCAÇÃO E ENSINO, fevereiro de 1893, p. 18).

O Intendente idealizava formar uma mulher para o lar que pudesse ser a esposa e a mãe amorosa, que primasse pelo cultivo da mente e que soubesse viver de acordo com os preceitos da sociedade e da religiosidade. No entanto, a partir da ideia de construir um novo prédio em Santa Izabel para acomodar o Orfanato, surge também um novo projeto educativo na concepção de Lemos, que passa a idealizar uma educação para as Órfãs, que vai além da que era concebida por ele anteriormente. Tal afirmação pode ser constada abaixo no trecho do relatório referente a 1903:

> [...] me parecia conveniente dar ao espírito e fins do antigo Orphelinato, propondo a sua transformação num instituto técnico profissional, para trabalhos agrícolas compatíveis com as aptidões e força das asiladas sem prejuízo do razoável cultivo de sua inteligência e do ensino dos mestéres domésticos (BELÉM, 1904, p. 255).

A fundamentação do pensamento de Lemos surgiu no Relatório de 1905, quando este mencionou o trabalho que vinha sendo desenvolvido pelo diretor geral de agricultura na Bélgica, Sr. Proost, em relação às escolas, principalmente, o ensino agrícola feminino praticado naquele país. O Intendente descreve que o governo Belga organizou o curso de economia doméstica, em 15 lições, para o uso das mulheres, e autorizou que os locais agrícolas pudessem permitir mulheres em suas dependências. Fala ainda, do crescimento da indústria de lacticínios naquele país e do pleno êxito de nove

escolas domésticas para moças, subvencionadas pelo Estado, dizendo que deveriam servir de modelo para os demais países.

Assim, o intendente almeja implantar no Orfanato os princípios dessa educação presente na Bélgica, pois dizia estar de acordo com a participação da mulher no trabalho do campo. Dessa forma, a órfã que não conseguisse casar não ficaria no ócio, visto que saberia um ofício. Portanto, a educação para as órfãs, que Lemos passa a conceber, apresenta características que vão além da educação que se idealiza para as mulheres no Brasil naquele período. Entretanto, para ele essas novas características não causariam prejuízo ao cultivo da inteligência e ao ensino das prendas do lar, ou seja, a mulher não deixaria de ser uma mãe amorosa preparada para assumir o lar, visto que, afirmava que as órfãs aprenderiam a mexer com a terra, sem interferir nas prendas domésticas.

Em 15 de março de 1906 é promulgada a Lei Municipal nº 433, que autoriza a reforma do Orphelinato Municipal e passa a ser denominado de Orphanato Antônio Lemos. *A Província do Pará,* de 16 de março de 1906 (p. 1), descreve que:

> [...] com o intuito de melhorar o Orphanato Municipal, quer na parte administrativa, quer na econômica, assim como prestar merecido preito a quem impediu o seu desaparecimento, foi apresentado ontem na seção do conselho municipal o seguinte projeto: Art. 1º - Fica o Intendente autorizado a reformar o Orfanato Municipal de Belém, no sentido de ampliar a instrução profissional nele ministrada, aumentar o pessoal dirigente e subalterno, de acordo com a nova organização; Art. 2º - O Intendente organizará e expedirá o regulamento necessário à execução desta resolução, devendo esse regulamento entrar em vigor logo que for transferido o estabelecimento para o seu novo edifício da Vila de Santa Izabel; Art. 3º - O estabelecimento – Orfanato Municipal – a que se refere a presente lei passará desde já a denominar-se Orfanato Antônio Lemos.

Em dias festivos no Orphanato também eram apresentados trabalhos relacionados à arte cênica, como ocorreu na festa de Santo Antônio em 13 de junho de 1906, em que as órfãs apresentaram "um monólogo – As bonecas;" declamaram a "Poesia - história de Santo Antônio;" encenaram a "Comédia –

mentiroso e preguiçoso;" e o "Monólogo – O Narigão". (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 14 de junho de 1906, p. 1).

Na festa de Santo Antônio, do ano de 1908, as órfãs também apresentaram uma programação especial. Eis o programa: canto coral – por todas as alunas, saudação; Monologo – a procura de um bigode, pela aluna Luiza das Chagas; *Profunir Orientali* – valsa para piano, por G. Bellenghi, executada às mãos pela aluna Judite Gonçalves e Maria de Jesus; Ginástica – saudação à Pátria, composta de 25 alunas médias; La Reine dês Fèes – Galop, di bravura para piano, executada pelas alunas Maria de Jesus e Judith Gonçalves; Canto – comédia em um ato; Ginástica – A prece, composta por 25 alunas; *La Fílle du regimant* - executada a 4 mãos pelas alunas Ana Lopes e Maria de Jesus; Canto – La cieca nata, pela aluna Diana Marques; Canto coral – por todas as alunas; (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 17 de junho de 1908).

Esses dois excertos trazem características dos ensinamentos que ocorriam no Orfanato, como teatro, canto coral, piano, bem como as músicas aprendidas pelas órfãs, que incluíam músicas com títulos em idiomas francês e italiano. Além desses ensinamentos artísticos, as órfãs aprendiam economia doméstica, o que ficou evidente no jornal A Província do Pará, de 11 de janeiro de 1909 (p. 1), quando várias órfãs receberam medalhas por bom desempenho "foram conferidas sucessivamente à aluna Geralda Vasconcelos a de flores artificiais, economia doméstica e louvor em comportamento" (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 11 de janeiro de 1909, p. 1).

De acordo com os indícios apontados nos *Relatórios da Intendência Municipal de Belém* (1910), até o ano de 1910, as órfãs não haviam sido transferidas para o novo prédio, que estava com o seu primeiro pavilhão por ser terminado. A Província do Pará *(1910)* publica as visitas que Lemos fazias ao Orfanato Antônio Lemos em Belém, bem como às obras do prédio que estava sendo construído em Santa Izabel. A demora na conclusão do prédio decorre da falta de recursos que estava se instalando em Belém, devido à queda na exportação da borracha.

Ao mesmo tempo em que se instalava uma decadência econômica em Belém, que levou grandes empresas à falência, Lemos foi deposto do cargo por seus

opositores políticos e expulso de Belém, tendo sua casa e o prédio de seu jornal *A Província do Pará* incendiados.

As educandas continuavam em Belém morando no prédio alugado pela Intendência, até o ano de 1930, segundo Nestor (1986), quando o educandário, como também era conhecido o Orfanato, passou para o prédio da Vila de Santa Izabel. Nesse ano, ocorreu a revolução de 1930 e o Orfanato passou para o âmbito estadual, quando teve sua construção finalizada pelo governador Magalhães Barata.



Figura 04: Fachada do Colégio Antônio Lemos em Santa Izabel do Pará, 2010.
Fonte: Blog Franssinete Florenzano

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Orphelinato Paraense teve grande repercussão na sociedade paraense, tanto ao ser criado por Sodré, como quando foi municipalizado por Lemos. O fato da referida instituição amparar e educar órfãs de outros estados, bem como de outros países deu maior visibilidade à instituição, que foi concebida como um exemplo a ser seguido, o que pode ter contribuído para que a procura por vagas fosse maior que a capacidade que instituição possuía para receber as órfãs.

Foi possível perceber a relevância do papel social que o Orphelinato desenvolveu na sociedade paraense ao educar e amparar meninas desvalidas, ou seja, meninas que não tinham condições alguma de se manterem. O Orphelinato

era um meio de "civilizar" as meninas educando-as com bons modos para que pudessem viver em sociedade, livres da "ignorância" e dos vícios mundanos. Com esse intuito, tal instituição formou mulheres com uma bagagem cultural que englobava vário saberes, como os musicais, literários, cênicos, linguísticos, do lar, das prendas, sem contar na rica troca cultural que devia existir naquele educandário, decorrente das diferentes origens das órfãs e também das religiosas que lá atuavam.

As fontes evidenciam as concepções de educação predominantes nas práticas educativas desenvolvida no Orphelinato. Era perceptível a concepção de Lemos em relação ao polimento sócio cultural das órfãs, para formar futuras mães de família e boas esposas que soubessem conviver em sociedade, na qual estava sendo instalado o Projeto Republicano, em que o homem deveria viver a ordem e o progresso. Além do mais, para Lemos as meninas órfãs deveriam aprender um ofício para que viesse a servir a pátria com o fruto de seu trabalho. O Intendente realizava no mínimo duas visitas mensais ao Orphelinato para verificar se o trabalho por ele preterido estava sendo desenvolvido.

Antônio Lemos não conseguiu implantar no Orphanato os princípios da educação presente na Bélgica, com a participação da mulher no trabalho do campo. Encarava essa filantropia como um "remédio social", embora fossem de caráter elitista, cuja finalidade era aproximar o povo da civilização através das artes, da música e da literatura.

BIBIOGRAFIAS

ÁLBUM DO ESTADO DO PARÁ, 1908. Organizado por Ex. Sr. Dr. Augusto Montenegro Governador do Estado. Oito anos do Governo (1901 a 1903). PARIS, Imprimerie Chaponet (Jean Cussac), 7, Rue Bleue, 7.

APEP: Fundo Legislativo. Atas da Câmera do Senado. Belém, 15 de setembro de 1903.

A PROVÍNCIA DO PARÁ, 05 de agosto, 1983.

A PROVÍNCIA DO PARÁ, 14 de junho de 1906.

A PROVÍNCIA DO PARÁ, 17 de junho de 1908.

A PROVÍNCIA DO PARÁ, 11 de janeiro de 1909.

BELÉM, Leis e Resoluções Municipaes de 1900. Codificadas na Administração Municipal do Senador Antônio José de Lemos. Conselho Municipal de Belém. Belém: Typ. De Tavares Cardoso & Ca. 1901.

BELÉM, Lei nº 370, de 28 de Dezembro de 1903. *Regula e reorganiza o Orphelinato Municipal*. Intendência Municipal de Belém, 1903.

BELÉM, Lei Municipal nº 433, de 15 de março de 1906**.** *Autoriza a reforma do Orphelinato Municipal e o transforma em Orphanato Antônio Lemos*. Intendência Municipal de Belém, 1906.

CASTANHO, Sérgio. **Institucionalização escolar no Brasil**: 1879-1930. 2005. Disponível em: http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/525SergioCastanho .pdf; Acesso em: 18/10/2011

FALEIROS, V. P. Infância e Adolescência: trabalhar, educar, assistir, proteger. Revista Ágora, ano 1, n.1 outubro de 2004 - ISSN -1807-698X

GULASSA, M. L. C. R. **Novos rumos do acolhimento institucional**. São Paulo: NECA – Associação dos Pesquisadores de Núcleos e Estudos e Pesquisas sobre a Criança e Adolescente, 2010.

NUNES, Marcia Cristina Ribeiro Gonçalves. **Rumo ao Boulevard da Republica**: entre a cidade imperial e a metrópole republicana. Tese (Doutorado), Universidade Federal do Pará – UFPA, Belém, PA, 2017.

PANERAI, Phillipe. **Formas urbanas: a dissolução das quadras**. Porto Alegre: Bookman,2013.

PARÁ. **O município de Belém**: Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém pelo Intendente Senador Antônio Lemos. Belém: Arquivo da Intendência Municipal, 1900;

_____. **O município de Belém, 1897 a 1902**: Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém pelo Intendente Senador Antônio Lemos. Belém: Arquivo da Intendência Municipal, 1902;

_____. **O município de Belém**: Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém pelo Intendente Senador Antônio Lemos. Belém: Arquivo da Intendência Municipal, 1903;

_____. **O município de Belém**: Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém pelo Intendente Senador Antônio Lemos. Belém: Arquivo da Intendência Municipal, 1904;

_____. **O município de Belém**: Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém pelo Intendente Senador Antônio Lemos. Belém: Arquivo da Intendência Municipal, 1905;

_____. **O município de Belém**: Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém pelo Intendente Senador Antônio Lemos. Belém: Arquivo da Intendência Municipal, 1906;

_____. **O município de Belém**: Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém pelo Intendente Senador Antônio Lemos. Belém: Arquivo da Intendência Municipal, 1908;

_____. **O município de Belém**: Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém pelo Intendente Senador Antônio Lemos. Belém: Arquivo da Intendência Municipal, 1909;

_____. **O município de Belém**: Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém pelo Intendente Senador Antônio Lemos. Belém: Arquivo da Intendência Municipal, 1910;

_____. **O município de Belém**: Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém pelo Intendente Virgilio Martins Lopes de Mendonça. Belém: Arquivo da Intendência Municipal, 1912;

_____. **O município de Belém**: Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém pelo Intendente Virgilio Martins Lopes de Mendonça. Belém: Arquivo da Intendência Municipal, 1913;

PIMENTA, Adriene Suellen Ferreira. **Educação de Meninas no Orphelinato Paraense (1893-1910)**. Tese (Doutorado), Universidade do Estado do Pará – UEPA, Belém, PA, 2013.

REVISTA DE EDUCAÇÃO E ENSINO. Vol. I, nº 12. Pará-Brasil: Direção Geração da Instrução Pública, dezembro de 1893;

SANFELICE, José Luís. História das Instituições Escolares. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura... [et al.]. **Instituições Escolares no Brasil**: conceitos e reconstrução histórica. Campinas, SP: Autores associados: HISTEDBR, 2007;

SARGES, Maria de Nazaré. Memórias do "Velho Intendente" Antonio Lemos (1969-1973). Belém: Paka-Tatu, 2002;

SARGES, Maria de Nazaré. **Belém: Riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1910).** Belém: Paka-Tatu, 2010;

TOCANTINS, Leandro. **Santa Maria de Belém do Grão Pará: instantes e evocações da cidade.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1963.

Recebido em Setembro de 2020
Aprovado em Novembro de 2020

DOI: https://doi.org/10.14295/rbhcs.v12i24.11979